ISSN 1982-3541
Belo Horizonte-MG
2008, Vol. X, nº 2, 281-291

Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva

Pode o comportamento do ouvinte ser considerado verbal?

Should the behavior of the listener be deemed verbal?

Liane Jorge de Souza Dahás[1]
Paulo Roney Kilpp Goulart[2]
Carlos Barbosa Alves de Souza[3]
Programa de Pós-graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento
Universidade Federal do Pará

Resumo

O objetivo deste trabalho é demonstrar, a partir de uma análise da noção de "comportamento de ouvinte" na obra de Skinner, que afirmar que o comportamento do ouvinte não é verbal é incoerente com a própria definição de comportamento verbal do autor. Aos resultados dessa análise conceitual, seguem-se considerações sobre a complementação do tratamento do ouvinte feita por Skinner em 1989. Em seguida, são apresentadas outras propostas para o estudo do comportamento verbal, nas quais se avalia que o comportamento do ouvinte recebeu tratamento aparentemente mais coerente com sua relevância para o episódio verbal. A presente discussão visou a fomentar uma apropriação mais crítica da terminologia proposta por Skinner para o tratamento do comportamento verbal. Tal esforço se alicerça na percepção de que quaisquer incoerências no tratamento conceitual de um fenômeno fatalmente levarão a incoerências em todos os níveis do empreendimento científico relacionado com este fenômeno.

Palavras-chave: Comportamento verbal, Comportamento de ouvinte, Análise conceitual.

Abstract

The present paper aims to show that, based on an analysis of the notion of "behavior of the listener" in Skinner's work, the claim that the behavior of the listener is not verbal is inconsistent with the definiton of verbal behavior. Following the results of such conceptual analysis, some considerations are made on Skinner's revision of the behavior of the listener. Also presented are some alternative approaches for the study of verbal behavior, in which the behavior of the listener seems to have received a treatment more coherent with its importance for the verbal episode. The discussion presented here seeks to encourage a more critical use of the terminology proposed by Skinner, based on the realization that any inconsistence in the conceptual treatment of a given phenomenon will inevitably lead to inconsistency in every level of the scientific enterprise related to that phenomenon.

Key-words: Verbal behavior, Listener behavior, Conceptual analysis.

1 Mestranda em Teoria e Pesquisa do Comportamento pela Universidade Federal do Pará.
2 Doutorando em Teoria e Pesquisa do Comportamento. pela Universidade Federal do Pará.
3 Doutor em Ciências do Comportamento e professor da Universidade Federal do Pará. E-mail: carlos.souza@pesquisador.cnpq.br

Skinner (1957/1992), no seu livro *Verbal Behavior*, caracterizou o comportamento verbal como aquele estabelecido e mantido por conseqüências mediadas por outro indivíduo (p.2). A fim de restringir o objeto de sua análise ao "que é tradicionalmente reconhecido como o campo verbal" (p.225) (i.e., eliminando formas mais gerais de comportamentos sociais, que estariam incluídos numa definição somente em termos da mediação da conseqüência), Skinner refina a definição de comportamento verbal incluindo a condição de que o ouvinte "deve estar respondendo de formas que tenham sido condicionadas *precisamente a fim de reforçar o comportamento do falante*" (p. 225; grifos do autor). Em outras palavras, o indivíduo que disponibiliza a conseqüência – o ouvinte – deve ter recebido um treino específico dentro de uma comunidade verbal para fazê-lo.

No que concerne aos comportamentos do ouvinte, Skinner afirma em mais de um momento ao longo do livro (pp. 2, 34, 170), que estes não são necessariamente verbais. O interesse no comportamento do ouvinte justificar-se-ia, contudo, pois "haveria pouco comportamento verbal a se considerar se alguém já não tivesse adquirido respostas específicas aos padrões de energia gerados pelo falante" (p.2), mas uma análise adequada do comportamento verbal "apenas precisa cobrir a quantidade do comportamento do ouvinte que for necessária para explicar o comportamento do falante" (p.2). Em outro momento, afirma que o comportamento do ouvinte "não se assemelha ao comportamento do falante e não é verbal de acordo com [sua] definição" (pp. 33-34).

O objetivo do presente trabalho é demonstrar, a partir de uma análise da noção de "comportamento de ouvinte" na obra de Skinner, que a afirmação de que o comportamento do ouvinte não é verbal é incoerente com a própria definição de comportamento verbal do autor. Para esse fim, buscou-se identificar, no *Verbal Behavior,* os momentos em que Skinner faz referência aos termos *listener*, *behavior of the listener* e palavras contendo a raiz *listen-*. As ocorrências identificadas foram agrupadas em três categorias (papel do ouvinte no episódio verbal, diferenças do comportamento de ouvinte e do falante, origem/manutenção do comportamento de ouvinte) e avaliou-se a coerência desse tratamento com os conceitos-base, apresentados na mesma obra. Os resultados dessa análise conceitual são apresentados a seguir, acompanhados de considerações acerca da complementação do tratamento do ouvinte feita por Skinner no texto *The behavior of the listener*, de 1989. Após essa apreciação inicial da formulação de Skinner, são apresentadas propostas alternativas ou complementares para o estudo do comportamento verbal (Parrott, 1984; L.J. Hayes, 1996; Hayes & L.J. Hayes, 1989; Stemmer, 1992, 1995, 1996), nas quais se avalia que o comportamento do ouvinte recebeu tratamento mais coerente com sua relevância para o episódio verbal.

O tratamento do ouvinte no *Verbal Behavior* (Skinner, 1957/1992)

Como comentado anteriormente, Skinner afirma que o comportamento do ouvinte não é necessariamente verbal (pp.2, 34, 170). Assim, na formulação de 1957, trabalha principalmente com o comportamento do falante e as variáveis que o controlam, equiparando-o com o próprio conceito de comportamento verbal (p.2). O ouvinte é relevante apenas como parcela do ambiente do falante, garantindo condições para a emissão e manutenção do comportamento verbal (pp.2, 34, 52).

Três aspectos da formulação skinneriana sobre o comportamento verbal foram analisados para se avaliar a noção de comportamento do ouvinte nesta formulação: 1) o papel do ouvinte no episódio verbal; 2) as diferenças dos comportamentos de ouvinte e do falante; 3) a origem/manutenção do comportamento do ouvinte.

O papel do ouvinte no episódio verbal

Apesar de não-verbal, o comporta-

mento do ouvinte, segundo Skinner (pp.1-3), não deve ser omitido da descrição do comportamento verbal, em primeiro lugar, porque ele é crucial para a ocorrência de um episódio verbal, ou seja, de uma seqüência de comportamentos que envolve o comportamento verbal de indivíduos alternando-se enquanto falantes e ouvintes. Mas, principalmente, porque é o comportamento do ouvinte que reforça os comportamentos verbais do falante (e.g., Skinner, 1957/1992, p.34, 52). Por exemplo, ao descrever um episódio verbal, no qual o falante pede um copo de água, Skinner enfatiza que a fala não trará o copo de água de forma mecânica, e sim de maneira indireta, por meio de diferentes eventos, dentre os quais o comportamento do ouvinte (Skinner, 1957/1992, p.1).

A compreensão do episódio verbal se completa, portanto, com a ação do ouvinte, sendo ele uma variável muito importante para a instalação e manutenção do comportamento verbal no falante (p.33, 34). Skinner ressalta a necessidade de se contar com o comportamento do ouvinte para uma descrição do episódio verbal ao afirmar que "em uma descrição completa de um episódio de fala, precisamos mostrar que o comportamento do ouvinte proporciona de fato as condições que tínhamos suposto na explicação do comportamento do falante" (p.34).

Não que a presença de um ouvinte externo seja sempre necessária, já que para Skinner o próprio falante pode funcionar como ouvinte de seu comportamento verbal (Skinner, 1957/1992, p.10, 11, 163). Além disso, o comportamento verbal, em geral, é intermitentemente reforçado, o que produz um responder relativamente resistente à extinção. Obviamente, após um período longo sem reforçamento (ou seja, na ausência de ouvintes) o comportamento verbal diminui de freqüência (p.52, 172).

Diferenças dos comportamentos do ouvinte e do falante

Como já foi comentado, Skinner defende que os comportamentos do falante e do ouvinte são diferentes (salvo, claro, nos casos em que o ouvinte passa ao papel de falante) e que o comportamento do ouvinte não pode ser diferenciado do comportamento em geral (pp.2, 33, 34, por exemplo). Contudo, tais afirmações não são acompanhadas de um detalhamento de quais são os critérios adotados para julgar a diferença ou semelhança em relação ao comportamento do falante ou ao comportamento operante em geral. É possível que a negação de um caráter verbal ao comportamento do falante seja um reflexo da negação de uma natureza especial do controle antecedente do comportamento do ouvinte: o fato de o estímulo antecedente ser verbal não torna o comportamento verbal. O ouvinte "reage a um estímulo verbal, seja com reflexos condicionados ou comportamento operante discriminado, como ele reage a qualquer aspecto do ambiente" (p.170).

Skinner busca, com esse expediente, combater teorias psicológicas e lingüísticas que sugerem que as palavras e sentenças têm "significados" que são "compartilhados" por falantes e ouvintes, servindo como "símbolos" para a "comunicação". Para ele, comportar-se como ouvinte e como falante são repertórios completamente diferentes que, inclusive, são adquiridos de maneira independente. Para defender sua tese, exemplifica o estado conhecido como afasia (p.195), no qual uma pessoa é capaz de compreender o que é dito, mas não de agir enquanto falante capaz, o que comprovaria que não há, obrigatoriamente, uma relação direta entre um repertório e outro.

Todavia, quando é dito, por exemplo, que "o comportamento do ouvinte não se assemelha ao comportamento do falante" (pp. 33-34) e que "o comportamento de um homem como ouvinte não deve ser diferenciado de outras formas de seu comportamento" (1957/1992, p.34), sem que seja esclarecido, entretanto, em que termos se dá a comparação, pode-se supor que a topografia (modalidade) da resposta está participando da distinção entre comportamento verbal e não-

verbal. Certamente, Skinner não defende essa posição, mas também não apresenta qualquer motivo que restrinja a inclusão no rol de comportamentos verbais de comportamentos que produzem alterações por ação mecânica direta sobre o ambiente físico (e.g., entregar um copo d'água ao falante que emite o mando "Água, por favor!").

A origem/manutenção do comportamento do ouvinte

Ao refinar sua definição de comportamento verbal incluindo a condição de que o comportamento do indivíduo que disponibiliza a conseqüência deve ter sido especificamente treinado e, posteriormente, ao tratar do controle antecedente do comportamento do ouvinte (pp.358-262, por exemplo), Skinner deixa implícita uma história de condicionamento que, embora seja relativamente fácil de intuir, é pouco explorada em sua formulação original. Essa omissão é compreensível, visto que o foco de sua análise é, admitidamente, o comportamento do falante e o comportamento do ouvinte entra na análise apenas na medida em que é necessário para a explicação do comportamento daquele.

Já no que concerne à manutenção do comportamento do ouvinte, é possível encontrar passagens, ainda que raras, em que Skinner fala explicitamente do assunto. Ao tratar do operante verbal mando (uma resposta verbal que especifica sua conseqüência, cujo antecedente são condições de privação ou de estimulação aversiva – ver Ribeiro, 2004), o autor afirma, por exemplo, que "é característico de muitas culturas (...) que o reforçamento bem-sucedido de um mando seja seguido de outra resposta verbal, a fim de garantir comportamento semelhante do ouvinte no futuro" (p. 37). Outros casos são considerados, também sob o tratamento do mando, nos quais a resposta apropriada do ouvinte é garantida pelo relaxamento contingente de uma ameaça (estimulação aversiva) (pp. 38, 40, por exemplo). Nesses casos, a conseqüência mantenedora da resposta adequada do ouvinte é disponibilizada por outro indivíduo. No caso de respostas do ouvinte frente a tatos (respostas verbais a estímulos antecedentes não-verbais, reforçadas de forma generalizada – ver Ribeiro, 2004) emitidos por um falante, no entanto, Skinner considera que o que é relevante para a manutenção de responder adequado é o contato com os eventos correlacionados com o tato, como no exemplo em que o estímulo "raposa" evoca a resposta de olhar ao redor por ter sido ocasião em que olhar ao redor foi seguido pela visão de uma raposa (p.88).

O tratamento do comportamento do ouvinte no *The behavior of the listener* (Skinner, 1989)

Skinner admite em 1989 que seu livro de 1957 trata principalmente do falante, mas o ouvinte mereceria um tratamento mais detalhado, já que sem o reforço mediado pelo ouvinte, não haveria o comportamento do falante. Ao complementar seu tratamento, Skinner declara explicitamente que o comportamento do ouvinte não é verbal por não ser "efetivo unicamente através da mediação de outras pessoas" (p.86),

Skinner (1989) analisa, então, as contingências de reforçamento presentes em diferentes episódios verbais, de maneira a especificar não somente a importância do ouvinte enquanto mediador do reforço para o falante, mas também os reforçadores que são dispensados ao ouvinte que mantém o seu responder. Por exemplo, quando é contado algo ao ouvinte, a sua reação não é promovida pela "informação" que foi transmitida pela "mensagem da fala", e sim mantida pelo fato de que o ouvinte, em situações semelhantes, quando reagiu de tal maneira a uma fala como aquela vinda de tal falante, teve seu comportamento reforçado (deve-se notar que Skinner novamente não especifica o processo de estabelecimento desta contingência de reforçamento).

O comportamento do ouvinte é também controlado de maneira geral pelas regras que são apresentadas pelo falante. Por exemplo,

um ouvinte pode aprender novos repertórios por meio de instruções e reforços sociais como elogios, receber conselhos quanto à melhor maneira de agir, conhecer (responder discriminadamente) as regras de um país ou leis científicas para a partir disso agir de acordo com elas. O conhecimento das regras por si só não garante o comportamento adequado (já que foram as contingências reais que levaram a criação da regra, como uma maneira de garantir um curso de ação mais adequado e imediato), mas o ouvinte tem seu comportamento reforçado justamente por poder agir de maneira mais adequada e imediata, sem precisar entrar em contato com as contingências.

Skinner analisa também a conversação como um contexto no qual os estímulos mais usualmente eficientes como reforçadores são os consensos entre as "idéias" transmitidas de um para outro. Nas palavras de Skinner, "Falar é reforçador quando o ouvinte tende a dizer mais ou menos o que o falante diz, e ouvir é reforçador quando o falante fala mais ou menos o que o ouvinte tende a dizer"[4] (p.94).

Percebe-se que, ao retomar a questão da manutenção do comportamento do ouvinte, Skinner novamente privilegia conseqüências que consistem no contato do ouvinte com aspectos do ambiente físico, ignorando as conseqüências mediadas por outros indivíduos. Entretanto, mesmo uma breve consideração da questão 'Como se estabelece e é mantido o comportamento de ouvinte?' leva à percepção de que as conseqüências relevantes para o comportamento do ouvinte devem, necessariamente, ter sido mediadas por outros indivíduos.

As principais impressões tiradas da exposição anterior são que, embora jamais deixe de reconhecer a importância do comportamento do ouvinte para a compreensão do comportamento verbal, Skinner nega um caráter verbal aos comportamentos de ouvinte aparentemente valendo-se inadvertidamente de critérios não previstos na sua definição original, a saber, a natureza do controle antecedente e a modalidade/topografia da resposta.

Pode-se ainda considerar que a negação do caráter verbal aos comportamentos de ouvinte tenha decorrido do fato de Skinner limitar sua discussão à análise de episódios verbais que apresentam topografias características do que tradicionalmente se reconhece como linguagem. Esse viés está claro na opção por restringir o comportamento verbal "ao que é tradicionalmente reconhecido como campo verbal" (p.225). Ao condicionar o reconhecimento do comportamento verbal ao treino específico do ouvinte, Skinner elimina, de seu escopo, episódios em que há participação de um segundo indivíduo, mas de forma, por assim dizer, passiva (como no caso de um pugilista aplicando um *uppercut* ou um cirurgião realizando uma apendectomia). Mas não há qualquer razão evidente por que um passe (ou a recepção de um passe) em um jogo de vôlei, por exemplo, não poderia ser considerado comportamento verbal.

Seja como for, tendo-se em vista que as únicas diferenças declaradas entre o comportamento verbal e os comportamentos não-verbais seriam 1) a mediação do reforço e 2) o treino de responder do ouvinte, não faz sentido afirmar categoricamente que o comportamento do ouvinte não está contemplado nessa definição sem avaliá-lo segundo aqueles aspectos. É do entendimento dos autores do presente trabalho que tal avaliação somente pode ser feita considerando-se as histórias de condicionamento e manutenção do comportamento em questão, outro aspecto que, como mostrado, é vulnerável na formulação de Skinner. Se se aceitar que, como defendido acima, durante sua aquisição, o comportamento do ouvinte deve ter sido reforçado por meio de conseqüências mediadas por outro indivíduo (o mesmo valendo para sua manutenção, como em alguns exemplos fornecidos pelo próprio Skinner, citados acima), então o comportamento do ouvinte não apenas seria distinto do comportamento operante conven-

[4] O termo "ouvir", nesse artigo, bem como na obra de Skinner e de outros autores, não deve ser entendido como restrito ao "ouvir enquanto modalidade sensorial". O termo é usado como um sinônimo de "comportamento de ouvinte" de forma geral, independentemente de modalidade.

cional, como se assemelharia ao comportamento do falante em suas propriedades definidoras relevantes.

É importante ressaltar que, embora o texto de 1989 tenha mantido (e, parece, até radicalizado) a posição original de Skinner quanto à natureza do comportamento de ouvinte, sua publicação foi um marco na história do estudo do comportamento verbal, já que o próprio Skinner procurou redimensionar a importância de se compreender melhor o papel do comportamento do ouvinte em episódios verbais. Isto teve, pelo menos, como conseqüência direta o fomento de novas questões teóricas e empíricas a serem tratadas a partir deste redimensionamento (para exemplos, ver Hayes, 1989, e Stemmer, 1992,1995). Uma dessas questões trata das possibilidades de relações de dependência, ou de pré-requisitos, entre os comportamentos de ouvinte e de falante. Seria a aquisição do comportamento de ouvinte uma condição prévia, e necessária, ao desenvolvimento do comportamento de falante? Skinner (1957/1992; 1989) reconhecia que o comportamento de ouvinte surge antes do comportamento de falante, mas sempre pareceu defender uma certa independência funcional entre estes dois repertórios.

O tratamento do comportamento verbal desenvolvido por Skinner (1957/1992, 1989) foi criticado e revisado por diferentes autores desde uma perspectiva analítico-comportamental. A seguir, serão apresentadas três propostas que, no entendimento dos autores do presente trabalho, abordaram o comportamento do ouvinte e sua relação com o comportamento do falante levando em consideração aspectos que foram negligenciados na formulação original de Skinner.

Tratamentos alternativos do papel do ouvinte

Parrott (1984) e o ouvir com compreensão

Parrott (1984) argumenta que, apesar de a formulação de Skinner ser focalizada no tratamento dos fenômenos envolvendo o comportamento do falante, por entender que o comportamento do ouvinte deve ser considerado apenas na medida em que for necessário para a compreensão do comportamento do falante, o ouvir propriamente dito e, sobretudo, a compreensão do que é ouvido são instâncias comportamentais que merecem receber mais atenção dos estudiosos do comportamento.

Parrott (1984) discute que o fato do comportamento do ouvinte ser uma atividade de difícil observação direta pode ser uma explicação para o pouco tratamento dado por Skinner para tal comportamento. Ao falar de ouvinte, Skinner analisa o episódio verbal, o comportamento do ouvinte (emitido e reforçado pelo comportamento do falante), mas em momento algum analisa o ouvir propriamente dito, enquanto percepção sensorial (em qualquer modalidade). Para Parrott, análises do comportamento verbal que não levem em consideração o comportamento do ouvinte como um todo podem estar incompletas. Ela então discute o comportamento do ouvinte de maneira molar: por exemplo, ao ouvir um som, o ouvinte só responderá diferencialmente a ele se tiver uma história prévia com tal som. Parrott exemplifica que o som do próprio nome, mesmo quando emitido de maneira distorcida ou fracamente, é ouvido ou "percebido" por nós próprios, mas não por outros com outros nomes, o que demonstra que a história prévia é essencial para a percepção auditiva propriamente dita.

Quanto à compreensão do que é ouvido, Parrott (1984) analisa criticamente os diferentes usos da palavra compreensão por Skinner, que variam em complexidade. Um desses usos é o de tomar um ecóico (uma resposta verbal falada/gesticulada, cujo antecedente é um estímulo verbal também falado/gesticulado – para detalhes sobre este operante ver Ribeiro, 2004) como prova de que o ouvinte compreendeu o que foi dito (Skinner, 1974, p.141-142). Para Parrott (1984) esse conceito de compreensão não é válido, já que uma palavra pode ser repetida, mas não compreendida.

Skinner (1957/1992, p. 277-280) também defende que um responder com compreensão seria um responder adequado ao que foi dito, como o responder apropriado de um ouvinte a um mando. No entanto, para Parrott (1984), tal argumento de Skinner não esclarece todas as situações de compreensão, pois não é apenas quando o ouvinte obedece a um mando que se pode dizer que ele compreendeu tal mando (podem ocorrer situações nas quais o ouvinte, tendo seu comportamento mantido por outros estímulos reforçadores, não se comporta adequadamente com relação ao mando, recusando-se a atendê-lo).

De mesmo modo, a idéia de compreensão como o conhecimento da situação na qual foi emitida uma dada resposta pelo falante, ou seja, uma disposição para responder da mesma maneira em situações semelhantes (Skinner, 1974, p.141), não é vista por Parrott como suficiente para abordar o fenômeno. Para ela, a compreensão não se caracteriza como uma relação disposicional, indicando uma probabilidade de emissão de respostas em certas condições, e sim uma relação comportamental que, embora de difícil observação, merece ser estudada a fundo. A autora analisa a compreensão como um reagir a eventos na ausência deles por meio da substituição de estímulos, ou seja, quando estímulos verbais adquirem a função de estímulos não-verbais.

Parrott (1984) defende que ignorar os comportamentos de ouvir e compreender resultaria em uma análise incompleta do comportamento verbal, já que esses fenômenos constituem relações comportamentais efetivas. Além disso, considerando que esses comportamentos são levados em conta por outras áreas de conhecimento (e.g. lingüística) ao tratarem os fenômenos verbais, sua inclusão nas análises comportamentais poderia ampliar o diálogo com estas áreas.

Deve-se ressaltar, no entanto, que analisar o ouvir e o compreender como comportamentos efetivos (ainda que encobertos) poderia sugerir que eles sejam eventos privados causadores do comportamento do ouvinte. Parrott (1984) se defende desta crítica sugerindo que compreender o que foi dito pelo falante é um comportamento que acompanha, mas não causa o comportamento do ouvinte, sendo portanto comportamentos contíguos mas não contingentes.

L.J. Hayes (1996), Hayes e L.J. Hayes (1989) e o comportamento de ouvir enquanto um repertório verbal

L. J. Hayes (1996) ratifica a diferença entre ouvir e compreender como dois fenômenos comportamentais diferenciados, sendo que o primeiro pode ou não ser seguido do segundo. Além disso, a autora defende que o ouvir com compreensão é um comportamento tão verbal quanto o falar com significado, o que contrasta com a afirmação skinneriana de que o comportamento do ouvinte não é verbal. Para L.J. Hayes (1996), a história que prepara um ouvinte para se comportar como tal, respondendo diferencialmente aos sons, e "compreendendo" as funções substitutivas dos estímulos verbais e não-verbais faz dele um emissor de comportamentos tão verbais quanto o de um falante.

De mesma maneira, Hayes e L.J. Hayes (1989) defendem a noção de um 'ouvinte verbal'. Os autores discordam da idéia skinneriana de que formular uma regra seria verbal, mas segui-la não. Para eles, a dificuldade do tratamento de termos como 'compreensão', 'sentido' e 'referência' pode ser um dos motivos pelo qual o comportamento do ouvinte foi deixado de lado por Skinner (1957/1992) em seu tratamento do comportamento verbal. No entanto, de acordo com esses autores, estes são termos que não podem ser ignorados na busca de um tratamento mais adequado para o papel do comportamento de ouvinte no episódio verbal.

Os autores sugerem que o estudo do comportamento do ouvinte pode até ser mais fácil de ser realizado do que o do comportamento do falante (por exemplo, considerando a maior facilidade de manipular o contexto do comportamento do ouvinte, p. 157).

Portanto, segundo Hayes e L.J Hayes (1989), a negligência no tratamento do comportamento do ouvinte não se deve à dificuldade de tratamento do próprio, mas sim ao fato de Skinner (1957/1992) tê-lo caracterizado como não-verbal.

De acordo com Hayes e L.J. Hayes (1989), a definição skinneriana de comportamento verbal seria insuficiente por falhar em separar comportamento verbal de comportamento aprendido socialmente em geral[5]. Uma definição mais precisa, segundo eles, seria a de falar com sentido e ouvir com compreensão, não no sentido mentalista de uma ação interna realizada e causadora de comportamento externo, mas como um treinamento ou condicionamento pelos quais os sujeitos passaram, para se tornarem ouvintes e falantes. Skinner (1957/1992) chega a comentar que o reforçamento mediado necessita de um treinamento por parte do ouvinte, mas não especifica tal treinamento. Para Hayes e L.J. Hayes (1989), a análise do comportamento verbal deveria iniciar-se justamente a partir desse treinamento, no qual são formados os 'quadros relacionais' comuns entre falantes e ouvintes, não enquanto uma ficção mental que se reproduz em ambos, mas como um responder a uma rede de relações arbitrárias entre os estímulos verbais e não-verbais do mundo, rede essa convencionada pela comunidade verbal.

Hayes e L.J. Hayes (1989) criticam o fato de a definição original de estímulos verbais ser feita a partir de sua fonte. Esses autores enfatizam que somente faz sentido falar em 'estímulo' se considerarmos a função particular do evento. Assim, sugerem alternativamente a adoção da noção de 'funções verbais de estímulo'. Em função da história de contato do indivíduo com o ambiente social, estímulos 'verbais' e 'não-verbais' que ocorrem consistentemente juntos acabariam sendo relacionados arbitrariamente de forma bidirecional. Tais classes de estímulos teriam função verbal, pois controlariam um responder relacional arbitrário somente possível em organismos 'verbais' (i.e., cujo responder é mantido por conseqüências mediadas).

Stemmer (1992, 1995, 1996)- os 'eventos ostensivos' e o ouvir como pré-requisito para o falar

Nathan Stemmer (1992; com elaborações subsequentes em Stemmer,1995, 1996, 2000) também buscou complementar o tratamento dado por Skinner para o comportamento do ouvinte. Para isso, ele adota a noção de 'eventos ostensivos', entendidos como "eventos que consistem no pareamento de um estímulo verbal com um estímulo não-verbal e dão origem ao comportamento de ouvinte" (Stemmer, 1992, p.70). Tal noção se aproxima do que Parrott (1984) denomina de substituição de estímulos: o indivíduo se torna ouvinte através do pareamento de estímulos verbais e não-verbais.

Para Stemmer (1992), falar em "tornar-se falante" subentende competência, no sentido de que o indivíduo emite comportamentos verbais adequados ao seu contexto (distribuição espaço-temporal dos estímulos – objetos/eventos – ambientais). Dessa perspectiva, a probabilidade de que uma criança emita pela primeira vez uma resposta verbal adequada às condições ambientais é praticamente nula, mesmo que ela ecoe aleatoriamente a palavra. No entanto, o que acontece na prática, argumenta Stemmer, é que a comunidade verbal garante o pareamento entre o arranjo de estímulos e a resposta verbal, i.e., proporciona 'eventos ostensivos' (ou 'contingências ostensivas'). Stemmer (1995) utiliza-se de um exemplo descrito por Skinner (1957, p.360) para detalhar a aprendizagem de um repertório verbal por meio de 'eventos ostensivos'. Uma criança que vê uma pessoa trabalhando com instalações elétricas enquanto esta pessoa descreve seu próprio comportamento, aprende as relações entre o nome "tomada" falado e o objeto tomada. Stemmer (1995) analisa que isso se dá de duas maneiras: a criança

5 Skinner de fato reconhece essa sobreposição logo no início do *Verbal Behavior*, mas a "solução" – incluir a necessidade de treino específico do repertório de ouvinte – não é suficiente. Aliás, parece que, também nesse caso, a modalidade dos estímulos produzidos serve de critério tácito para a distinção entre comportamentos verbais e sociais de forma mais ampla.

aprende a emitir o comportamento verbal de tatear na presença do estímulo não-verbal tomada e, por outro lado, aprende a responder adequadamente a esse estímulo quando a palavra "tomada" é falada.

Ou seja, para que a comunidade verbal possa reforçar a resposta verbal da criança, "a criança primeiro deve ter sido exposta a um evento ostensivo no qual [o estímulo verbal] esteja pareado com um estímulo não-verbal" (Stemmer, 1992, p.77), o que garante que a criança se torna um ouvinte daquele estímulo verbal. A partir daí, toma-se como conseqüência certa que a criança será agora capaz de emitir a resposta verbal na presença dos estímulos corretos com probabilidade significativamente maior que zero, uma vez que um dos efeitos típicos da exposição como ouvinte a 'eventos ostensivos' seria a tendência de emitir a resposta verbal nas situações corretas. Dito de outro modo, o desenvolvimento do comportamento de ouvinte a partir do pareamento entre estímulos verbais (dentro de um contexto verbal) e estímulos não-verbais garante à comunidade verbal a oportunidade de reforçar diferencialmente o comportamento de falante da criança.

Stemmer (2000) explicita que a instalação do comportamento verbal necessitaria tanto do condicionamento tipo respondente quanto do tipo operante, ou seja, do pareamento de estímulos – eventos ostensivos – e do reforço diferencial - quando respostas adequadas de ouvir e falar são reforçadas. Para Stemmer (2000), o condicionamento de um ouvinte/falante se dá por meio de três etapas: (1) quadros de ação – quando nomes de objetos ou frases são falados e o responder adequado a eles é reforçado; (2) contingências ou eventos ostensivos; (3) modificação do quadro de ação – quando um quadro de ação é apresentado pela primeira vez combinando elementos de quadros de ação ou de eventos ostensivos previamente apresentados (para uma descrição mais detalhada dessas etapas, ver Souza, Miccione & Assis, no prelo)

Portanto, de acordo com Stemmer (1992, 1995, 1996, 2000), a aquisição do repertório de ouvinte se faz necessária para a aquisição adequada do repertório do falante, enfatizando assim a importância em se analisar e compreender melhor o comportamento de ouvir. Esta postura diverge daquela de Skinner (1957/1996, 1989) mencionada antes: a aceitação de que comportamento de ouvinte pode até anteceder o de falante, mas sem reconhecer nenhuma relação de dependência entre elas.

Considerações finais

Parrott (1984), L.J. Hayes (1996), Hayes e L.J. Hayes (1989) e Stemmer (1992, 1995, 1996, 2000) apresentaram novas formas para analisar e compreender o comportamento verbal, apontando a importância do repertório de ouvinte para este comportamento. Analisaram o treino que o ouvinte recebe para fazer o que faz: responder diferencialmente aos estímulos verbais, sugerindo que o comportamento de ouvinte se estabelece pela substituição/pareamento da função de estímulos verbais e não-verbais (Parrott, 1984; L.J. Hayes, 1996), por meio dos 'eventos ostensivos' (Stemmer, 1992, 2000)), ou de 'quadros relacionais' (Hayes & L.J. Hayes, 1989). Stemmer (1992, 2000) também sugeriu que o estabelecimento do comportamento de ouvinte é o que permite, mais tarde, o desenvolvimento do comportamento de falante.

Como dito anteriormente, ao analisar as relações entre ouvinte e falante no episódio verbal, Skinner (1957/1992) procurou não utilizar termos tradicionais de teorias lingüísticas e da comunicação (e.g. "significado", "compreensão"), cujo caráter mentalista inerente acaba por defender que ouvinte e falante usam palavras com o "mesmo significado" ou "essência" para ambos. Respeitando este aspecto do tratamento skinneriano do comportamento verbal, as abordagens de Parrott (1984), L.J. Hayes (1996), Hayes e L.J. Hayes (1989) e Stemmer (1992, 1995, 1996, 2000) não apóiam a idéia da apreensão de um "significado" ou de uma "essência de um referente verbal" por ouvintes e falantes, e sim que re-

lações entre estímulos, formadas no decorrer da história de aprendizagem do indivíduo, ocorrem de maneira a controlar o responder de ouvintes e falantes.

As propostas analisadas neste artigo mostraram que a definição skinneriana de comportamento verbal não enfatizava suficientemente o comportamento do ouvinte, tendo-se em vista a sua importância para que ocorra um episódio verbal. Mesmo em 1989, quando Skinner se propõe complementar seu tratamento do comportamento do ouvinte, a questão central da crítica de outros autores não foi discutida: o fato de o treinamento recebido pelo ouvinte (de parear, substituir ou criar quadros relacionais entre estímulos verbais e não-verbais) ser semelhante ao do falante, ou até mesmo precedê-lo (Stemmer, 1992, 1995, 1996), o que indica que não são comportamentos tão independentes entre si, e que, por fim, falar de comportamento do ouvinte como um comportamento tão verbal quanto o do falante pode vir a se tornar uma prática comum dentro da análise do comportamento[6].

É importante ressaltar que a ênfase dada aqui ao comportamento do ouvinte não deve ser entendida como defesa de uma suposta primazia desse repertório sobre os comportamentos de falante. Ao contrário (embora não tenha sido o objetivo do trabalho defender essa perspectiva), parte-se aqui do pressuposto de que o tratamento dos comportamentos verbais, ao invés de se ancorar em qualquer lado da dicotomia falante-ouvinte, deveria focar a aquisição de comportamentos adaptados em contingências verbais entrecruzadas.

A ênfase circunstancial no repertório de ouvinte dá-se, então, principalmente em resposta à ênfase desproporcional tradicionalmente dada ao repertório de falante, ao equiparar-se 'comportamento verbal' e 'comportamento de falante'. A presente discussão visou a fomentar uma apropriação mais crítica da terminologia proposta por Skinner para o tratamento do comportamento verbal, partindo da noção de comportamento de ouvinte, mas envolvendo, necessariamente, todo o quadro conceitual circundante. Tal esforço se alicerça na percepção de que quaisquer incoerências no tratamento conceitual de um fenômeno fatalmente levarão a incoerências em todos os níveis do empreendimento científico relacionado com este fenômeno, desde a elaboração de questões de pesquisa, passando pelo delineamento experimental e culminando na própria interpretação dos resultados.

Espera-se que o abandono do reconhecido conservadorismo na adoção das categorias propostas (e não impostas) por Skinner (1957/1992) (ver Brino & Souza, 2005) e o conseqüente refinamento conceitual dessa proposta, como o que se buscou nesse trabalho, forneçam condições para o desenvolvimento de pesquisas voltadas para a compreensão das variáveis envolvidas na aquisição de operantes verbais que considerem necessariamente contingências verbais entrecruzadas, ou seja, que incluam tanto os repertórios de falante como de ouvinte.

6 Ainda que, como sugerido no presente artigo, argumentos para uma eventual ampliação da categoria de operantes verbais para incluir comportamentos típicos de ouvinte possam ser encontrados no próprio *Verbal Behavior*, sem ferir a definição central de comportamento verbal proposta por Skinner (1957/1992).

Referências Bibliográficas

Brino, A.L.F., & Souza, C.B.A. (2005). Comportamento verbal: uma análise da abordagem skinneriana e das extensões explicativas de Stemmer, Hayes e Sidman. Interação em Psicologia, 9, 253-262.

Hayes, S. C. (Ed.) (1989). Rule-Governed Behavior. Cognition, contingencies, and instructional control. New York: Plenum.

Hayes, S.C., & Hayes, L.J. (1989). The verbal action of the listener as a basis for rule- governance. Em S.C. Hayes (Ed.) Rule-Governed Behavior. Cognition, contingencies, and instructional control (pp.153-188). New York: Plenum.

Hayes, L.J. (1996). Listening with understanding and speaking with meaning. Journal of the Experimental Analysis of Behavior, 65, 282-283.

Parrott, L.J. (1984). Listening and understanding. The Behavior Analyst, 7, 29-39.

Ribeiro, A.F. (2004). O que é o comportamento verbal. Em C. E. Costa, J. C. Luzia & H. H. N. Sant'Anna (Eds.), Primeiros passos em análise do comportamento e cognição, Vol. 2 (p. 67-76). Santo André, SP: Esetec.

Skinner, B.F. (1974). About Behaviorism. New York: Knopf.

Skinner, B.F. (1989). The behavior of the listener. Em S.C. Hayes (Ed.) Rule-Governed Behavior. Cognition, contingencies, and instructional control (pp.153-188). New York: Plenum

Skinner, B.F. (1992). Verbal behavior. Massachutetts: Copley Publish Group. Publicado originalmente em 1957.

Souza, C.B.A., Miccione, M., & Assis, G.J.A (No prelo) Relações autoclíticas, gramática e sintaxe: o tratamento skinneriano e as propostas de Place e Stemmer. Arquivos Brasileiros de Psicologia, no prelo.

Stemmer, N. (1992). The behavior of the listener, generic extensions, and the communicative adequacy of verbal behavior. The Analysis of Verbal Behavior, 10, 69-80.

Stemmer, N. (1995). Do we need an alternative theory of verbal behavior? A reply to Hayes and Wilson. The Behavior Analyst, 18, 357-362.

Stemmer, N. (1996). Listener and ostensive learning. Journal of the Experimental Analysis of Behavior, 65, 247-249.

Stemmer, N. (2000). The role of action names, action frames, and modifiers in listener. The Behavior Analyst Today, 1, 23-28.

Recebido em: 31/10/2007
Primeira decisão editorial em: 28/01/2008
Versão final em: 23/04/2008
Aceito para publicação em: 16/07/2008